



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE AGRICULTURA DA AMMVI

Data: 19 de Novembro de 2014.

Horário: 9h30 às 12h.

Local: Auditório da Fundação Municipal de Desportos de Blumenau.

Presenças:

Apíúna – Gilmar, Marco L Herbirt; Ascurra – Luigi; Benedito Novo – Marco Andreias Neumann; Blumenau – Anderson, Karla, Josmar e Iremar; Brusque – Jorge e Rogério; Doutor Pedrinho – José Marcos Claudino dos Santos; Gaspar – Afonso Hosterd; Indaial – Hercílio Cesário, Jefferson, Ramiro; Timbó – Maria da Rocha; AMMVI – Fabiana e Dominique; AMAVI – Diogo, Gabriel e Wilando; CIDASC - Augusto Eneas Upnmoor; SDR – Arnaldo Paw.

Total: 23 participantes.

Pauta:

1. Dificuldades no cumprimento de leis referentes à piscicultura e suinocultura.
2. Cadastro Ambiental Rural - CAR.
3. Informes.
4. Assuntos gerais.

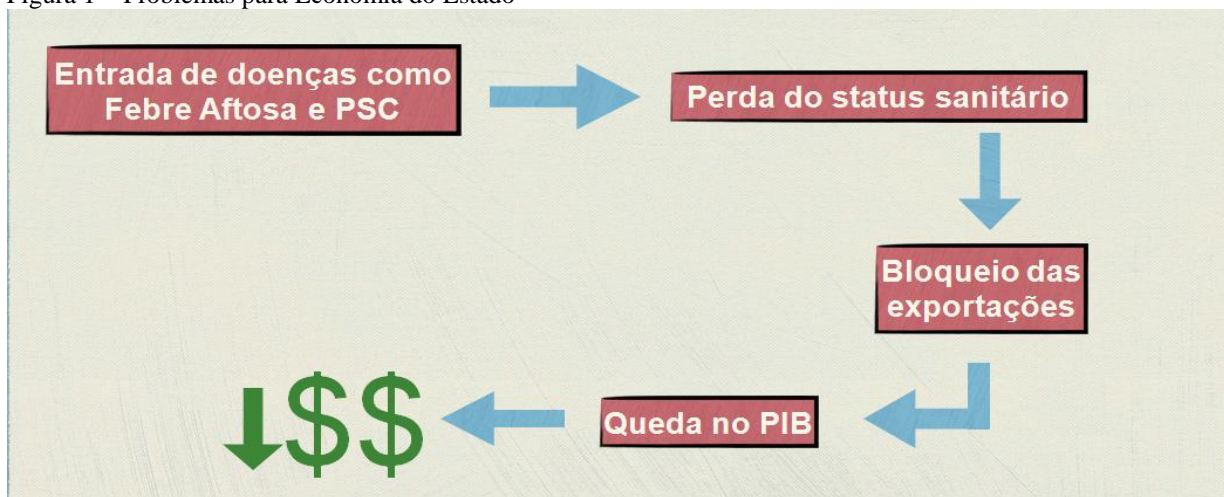
1. Dificuldades no cumprimento de leis referentes à piscicultura e suinocultura.

Apresentação Médico Veterinário Augusto Eneas Upnmoor da CIDASC

Foram apresentados fatores de como o mundo vê Santa Catarina, sendo nosso estado maior produtor e exportados de suínos e que é o único do Brasil livre de Febre Aftosa sem vacinação e livre de peste suína clássica.

Os restos de refeitórios são fontes de contaminação dos animais com diversas doenças, que afetam a economia do estado.

Figura 1 – Problemas para Economia do Estado



Por isso que a Portaria SAR/SDA/SC nº 15 de 27/04/2000 diz:

Art. 19º É proibida a criação de bovinos, bubalinos, suínos, caprinos e ovinos com restos alimentares de restaurantes e afins.

Foi aprovada após o estado ter sido declarado como livre de aftosa sem vacinação.

Comentou-se o caso em Jóia no RS que decorrente a entrada de gado da Argentina sem controle resultou num surto de febre aftosa com necessidade de isolamento do município e graves danos à economia local.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

Uma sugestão é fazer compostagem com os restos de refeitório, pois esse processo chega a 70 °C e elimina possíveis doenças transmissíveis. Porém, a AMMVI está desenvolvendo um projeto que poderá absorver.

Quando as leis são cumpridas a saúde da população é a primeira beneficiada, e isso é fundamental, pois ninguém quer comer algo que seja perigoso à saúde, é necessário pensar sempre na precaução.

2. Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Apresentação por técnicos da AMAVI

Os técnicos explicaram obrigatoriedades legais, e a metodologia adotada pela AMAVI. Tem-se um check – list a ser seguido:

- ✓ Matrícula do Registro de Imóveis **atualizada**;
- ✓ Planta do Imóvel (caso não possua, consultar no Registro dos Imóveis);
- ✓ Certificado do Imposto Territorial Rural – **ITR**;
- ✓ Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – **CCIR**;
- ✓ Cópia do **RG e CPF/MF** do proprietário;
- ✓ Procuração do proprietário do imóvel ao seu representante legal (quando necessário);
- ✓ Número do telefone;
- ✓ Número do Celular;
- E-mail;

Programa utilizado pela AMAVI: AutoCad 2007 (pode ser usado ArquiGiz, mas é mais complexo)_+ fotogrametria feita pelo Estado.

AMAVI disse que tem que ser feito um cadastro por matrícula. Fecam e SDR dizem que pode ser feito um cadastro com diversas matrículas. Há desencontro de informações nos treinamentos e os municípios se sentem perdidos durante o procedimento.

Foi realizado um levantamento da situação do CAR nos Municípios da AMMVI, segue tabela:

MUNICÍPIO	Prefeitura	Sindicato	Particulares	EPAGRI
APIÚNA	Em treinamento	Ok		
ASCURRA	Ok	Ok		Capacitação
BENEDITO NOVO	Não		Ok poucos	
BLUMENAU		Ok	Ok	
BOTUVERÁ	Eng. Florestal			
BRUSQUE	Não/ 2 prontos no treinamento	Iniciar 2015		
DOUTOR PEDRINHO	Engenheiro			
GASPAR				
GUABIRUBA	Conscientização			
INDAIAL	Ok		Ok	
POMERODE			Ok	
RIO DOS CEDROS	Prefeitura está conversando com Sindicato			
RODEIO	Orientação	Ok	Ok	
TIMBÓ		Ok	Ok	

Encaminhamento: A AMMVI ficou de agendar uma reunião da Diretoria da Agricultura com o Rafael para apresentar as dificuldades em cima desse tema para os municípios da AMMVI.

3. Informes

- I Encontro Setorial entre Ministério Público e FECAM

No dia 18 de Novembro houve o I Encontro Setorial entre Ministério Público e FECAM, onde houve oficinas com diversos temas, dentre eles: Consumidor e Agricultura, onde os subtemas discutidos foram: Serviço de Inspeção; Consórcios Intermunicipais.

Nesse evento, solicitou que cada região nomeasse um titular e um suplente, para o Colegiado dos Secretários Municipais de Agricultura de Santa Catarina – COSASC.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

- Representantes do COSASC:

Membro Titular

Nome: Jorge Luiz Ramos

Cargo e município: Secretária de Desenvolvimento Econômico e Agricultura da prefeitura de Brusque

Membro Suplente

Nome: Gilmar Formagi

Cargo e município: Secretário de Agricultura e Meio Ambiente da prefeitura de Apiúna

Encaminhamento: A AMMVI ficou de fazer um ofício nomeando os representantes ao COSASC, e encaminhar a FECAM.

- Membros da Diretoria do Colegiado de Agricultura da AMMVI:

Cargo	Representante
a) Coordenador Geral –	Jorge Luiz Ramos
b) Vice-Coordenador –	Márcia da Rocha
c) Secretário Geral –	Iremar Blum
d) Primeiro Secretário -	Moacir
e) Segundo Secretário -	Gilmar

Encaminhamento: Para a próxima reunião a AMMVI ficou de mandar ofícios para as SDRs CIDASC e EPAGRI, para os técnicos participarem do Colegiado.

- Levantou-se novamente a discussão sobre a criação de um Consórcio para fazer as inspeções - SUASA

Talvez seja interessante levantar os municípios que tem interesse em formar um consórcio para essa finalidade.

A partir de 6 (seis) de maio de 2014, começou a ser contado o prazo de um ano para inscrição de todas as propriedades e posses rurais do país no Cadastro Ambiental Rural – CAR, e segundo a Instrução Normativa nº 02 de 2014, do Ministério do Meio Ambiente prazo pode ser prorrogado por mais um ano.